



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004453-50.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa**  
 Requerente: **Maria Lúcia dos Santos**  
 Requerido: **Claudia Cristina Cesario**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que por intermédio de uma irmã da ré lhe foi oferecida a possibilidade de comprar um automóvel por R\$ 10.000,00, veículo esse que seria adquirido pela própria ré em leilão extrajudicial e que lhe seria transferido na sequência.

Alegou ainda que fez o pagamento da quantia ajustada, mas não recebeu o automóvel.

Almeja à condenação da ré à restituição da daquela soma.

Pelo que extraio dos autos, é forte a possibilidade da autora ter sido ludibriada em decorrência dos fatos trazidos à colação, mas não afasto a possibilidade da ré também ter sido envolvida nesse mesmo episódio.

Reputo, porém, que o aprofundamento da discussão em torno de tais aspectos não possui maior relevância.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Independentemente disso, há nos autos elementos concretos que evidenciam que parte do pagamento invocado pela autora efetivamente foi implementado em favor da ré.

Nesse sentido, o documento de fl. 58 dá conta de um depósito a ela realizado pela autora precisamente no importe de R\$ 7.000,00, o que de resto se harmoniza ao comprovante de fl. 06.

É o que basta para firmar a convicção de que a ré deverá devolver à autora essa soma.

Se após o referido depósito o valor não permaneceu com a ré e/ou foi transferido a terceiro (o que, diga-se de passagem, não restou comprovado), isso não afasta sua obrigação em promover a restituição postulada pela autora, porquanto originariamente foi ela a destinatária do montante versado.

Poderá, por óbvio, oportunamente pleitear regressivamente o ressarcimento junto a quem repute de direito pelo que aqui porventura despendeu, o que, porém, não produz reflexos à esfera jurídica da autora.

Solução diversa apresenta-se ao pedido relativo aos R\$ 3.000,00 restantes.

A testemunha Adiel Antônio da Silva, ao contrário do alegado pela autora na petição inicial (fl. 02, primeiro parágrafo), esclareceu que a ré seria simplesmente secretária de uma advogada conhecida como Ângela e acrescentou que a autora lhe pediu para que entregasse aquele valor no escritório dessa, sem especificar para quem.

Confirmou que o fez diretamente para Ângela porque ela era a única pessoa que estava então no escritório.

Diante do panorama traçado, tomo como impossível vincular a ré ao pagamento e muito menos à sua devolução.

Restou apurado de forma segura que ela não recebeu a importância e inexistiu base sólida para estabelecer o seu liame com tal pagamento de molde a fazer com que tivesse o dever de restituí-lo.

Especificamente sobre a matéria a autora não demonstrou satisfatoriamente os fatos constitutivos de seu direito (art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil) e bem por isso seu pedido aqui não vinga.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2014 (época do depósito de fl. 06), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**